

Contencioso Geral

37) Cerceamento de Defesa - Desnecessidade de dilação probatória - Cerceamento de defesa não configurado - Prova cujo destinatário é o juiz - Princípio do livre convencimento e do tempo razoável do Processo - Presença de provas documentais que embasam a decisão - Alegação afastada - Recurso improvido. (Apelação n. 0965244.5/9-00 - Quatá - 2ª Câmara de Direito Público - Relator: José Luiz Germano - 19/04/2011 - 8549 - Unânime).

38) Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa - Inépcia da inicial por não se ter individualizado a conduta - Descabimento - Recebimento de adiantamento de despesas sem o devido procedimento legal, o que caracteriza improbidade administrativa - Conduta essa, comprovada nos autos - Recurso improvido. (Apelação n. 0965244.5/9-00 - Quatá - 2ª Câmara de Direito Público - Relator: José Luiz Germano - 19/04/2011 - 8549 - Unânime).

39) Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa - Mero receptor de ordens - Na qualidade de agente público, embora não tenha poder de decisão e seja apenas receptor de ordens de seus superiores hierárquicos, exerce um 'múnus público' da própria natureza da administração pública, e tem o dever de conservar, aprimorar os bens, serviços e interesses da coletividade, além da obrigação de cumprir fielmente os preceitos do Direito e da

Moral administrativa que regem a sua atuação - Recurso improvido. (Apelação n. 0965244.5/9-00 - Quatá - 2ª Câmara de Direito Público - Relator: José Luiz Germano - 19/04/2011 - 8549 - Unânime).

40) Recurso - Agravo de instrumento - Interposição via "fac-símile" - Ausência das peças obrigatórias elencadas no inciso I do artigo 525 do Código de Processo Civil - Juntada com o original entregue em Juízo - Descabimento, uma vez que a transmissão via "fac-símile" se caracteriza pela preclusão consumativa - Impossibilidade de verificação da sua tempestividade - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento n. 0028800-58.2011.8.26.0000 - São Paulo - 6ª Câmara de Direito Público - Relator: Israel Góes dos Anjos - 11/04/2011 - 6947 - Unânime).

41) Julgamento Antecipado Da Lide - Responsabilidade civil - Responsabilidade objetiva do Estado, exclusivamente de direito, razão pela qual se torna despropositada a produção de provas - Ausente afronta aos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa - Cerceamento de defesa inócua - Preliminar rejeitada. (Apelação n. 990.10.536013-0 - Mogi das Cruzes - 9ª Câmara de Direito Público - Relator: Antonio Rulli Júnior - 13/04/2011 - 24205 - Unânime).

42) Ação Civil Pública - Improbidade administrativa - Contratação irregular de servidores - Ausência de concurso - Alegação de necessidade

temporária de excepcional interesse público - Desacolhimento - Ausência de comprovação da justificativa - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos - A contratação de servidores sem concurso público constitui ato ofensivo aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade aos quais a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios está inelutavelmente vinculada - Improbidade administrativa configurada - Exegese do artigo 37, “caput”, incisos II e IX da Constituição Federal e do artigo 11 da Lei n. 8429/92 - Sentença mantida - Recurso improvido. (Apelação n. 994.06.051789-0 - São Simão - 9ª Câmara de Direito Público - Relator: Décio de Moura Notarângeli - 13/04/2011 - 7979 - Unânime).

43) Prescrição - Ação civil pública - Improbidade administrativa - Pretensão de contar a prescrição contra o terceiro, que concorreu para o ato ímprobo, da assinatura do contrato administrativo decorrente de licitação fraudada - Inviabilidade - O “dies a quo” do prazo prescricional, aplicável aos servidores públicos e agentes políticos, previsto no artigo 23, I, da Lei n. 8429/92, é extensivo aos particulares que se valeram do ato ímprobo, porquanto não haveria como ocorrer tal ilícito sem que fosse em concurso com agentes públicos ou na condição de beneficiários de seus atos - Inocorrência de prescrição - Preliminares rejeitadas - Recurso improvido. (Apelação n.

0011411-63.2007.8.26.0400 - Olímpia - 6ª Câmara de Direito Público - Relator: João Alfredo de Oliveira Santos - 02/05/2011 - 29689 - Unânime).

45) Ação Civil Pública - Improbidade administrativa - Licitação - Vício - Indícios de má fé dos participantes - Ofensa aos princípios constitucionais da moralidade e da legalidade - Resarcimento do dano - Descabimento - Ausência de prejuízo ao erário - Recursos providos, em parte. (Apelação n. 0420728.5/3-00 - Ribeirão Bonito - 9ª Câmara de Direito Público - Relator: Décio de Moura Notarângeli - 25/05/2011 - 7911 - Unânime).

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Boletim Informativo da Seção de Direito Público, Maio e Junho de 2011.

46) Mandado de Segurança - Decisão agravada que indeferiu pedido de cientificação inicial da Fazenda Estadual na pessoa do Procurador Geral do Estado - Ciência inequívoca da Fazenda, nos termos do artigo 6º c/c artigo 7º, inciso II, ambos da Lei 12.016/09 - Inadmissibilidade - Não é válida a cientificação feita na pessoa de Procurador do Estado, se o mesmo não detém poderes especiais para recebê-la - Recurso provido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0565225-61.2010.8.26.0000 - Diadema - 11ª Câmara de Direito Público - Relatora Maria Laura Tavares - 28/02/2011 - Unânime)

Fonte: Contribuição de Alexander Silva Guimarães Pereira